



19 de setembro de 2023 | nº 60

SIPAT 2023: Uma semana dedicada à saúde e bem-estar dos servidores da CMSP



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Andamento da Pauta de Reivindicações 2023 da CMSP e TCMSP
- Encontro SIPAT 2023 na CMSP
- A EGC do TCM realiza workshop sobre “PDE e Revisão da Lei de Zoneamento”

NOTÍCIAS DO SINDILEX



Sindilex conquista quase todos os itens da pauta da Data Base 2023



VEJA OS ITENS AINDA EM ANDAMENTO E/OU EM NEGOCIAÇÃO

DESCONTO PREVIDENCIÁRIO APOSENTADOS



Câmara Municipal e TCM: Revogar o artigo da Emenda nº. 41 que alterou a base de cálculo do desconto previdenciário dos 14% sobre os proventos dos aposentados e pensionistas, conforme o aprovado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Lei Complementar nº. 1380, de 04 de novembro de 2022, em que o desconto do servidor aposentado e pensionista no Estado de São Paulo voltou a incidir sobre o que ultrapasse o teto do INSS.

BENEFÍCIO COMPLEMENTAR NUTRICIONAL



TCM: Criar auxílio-alimentação através da lei específica para os servidores aposentados e pensionistas.



Câmara Municipal

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;
2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT;
3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;
4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;
5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;

TCM

1. Formação de equipe de saúde mental para tratamento da alta prevalência de casos de depressão, ansiedade;
2. Formação de equipe de Serviço de Engenharia, Segurança e Medicina no Trabalho - SESMT e Comissão Interna de Prevenção de Acidente - CIPA;
3. Promover estudos, palestras e debates sobre as causas que levam à alta prevalência de casos de depressão e ansiedade no trabalho;
4. Planejamento de aposentadoria do servidor, com programas como “Nova Etapa de Vida”;
5. Campanha permanente de combate ao assédio moral e sexual;
6. Criar fluxo para tratamento dos casos de assédio moral e sexual.

Acesse abaixo as Pautas do Data Base 2023:

[Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - CMSP](#)

[Pauta - Reti_Ratificação Data Base 2023 - TCMSP](#)

AGENDAS E EVENTOS IMPORTANTES

Reunião Comissão Paritária

Em 11 de setembro de 2023, que foi uma segunda-feira, a reunião mensal da Comissão Paritária Mista de Negociação Permanente foi conduzida de forma online. Participaram representantes do Sindilex, assim como das administrações da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas. Durante a reunião, foi efetuado um balanço dos tópicos presentes na pauta de reivindicações de 2023. Abordaram-se assuntos como reajustes salariais, atualização de benefícios, limite de remuneração, concurso, função gratificada (Câmara), benefício complementar nutricional (TCM) e saúde dos servidores.

11 de setembro

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, juntamente com o vice-presidente, Marcos Alcy, estiveram presentes no Tribunal de Contas, interagiram com autoridades e dialogaram com funcionários em diversas áreas a respeito do progresso da Data Base e outras questões pendentes.

11 a 15 de setembro

Encontro SIPAT na CMSP

Na Câmara Municipal, ocorreu o evento da Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), com a participação do presidente, Daniel Santos, e do vice-presidente, Miguel Lima.



Imagem: REDE CÂMARA SP

Leia a íntegra sobre o evento SIPAT no site do Sindilex:

<https://www.sindilex.org.br/promovendo-seguranca-e-saude-no-ambiente-de-trabalho-destaques-da-sipat-2023-na-camara-municipal-de-sao-paulo/>

12/setembro

16h

Reunião dos líderes, o presidente Daniel Santos e o vice-presidente Marcos Alcyrr, com o Vereador Rodrigo Goular. Na pauta, foram discutidas as demandas da categoria, com destaque para a solicitação de auxílio alimentação aos servidores aposentados do TCM.



Pública participa da Audiência sobre a PEC32, o projeto da (De)forma Administrativa

Na tarde de terça-feira, 12/09, a Pública Central do Servidor participou de Audiência Pública realizada na Câmara dos Deputados sobre o projeto de emenda constitucional, PEC 32/2020, que dispõe sobre a reforma do serviço público para abrir a porta de vez aos cargos indicados por políticos e por forças de interesses particulares, acabar com o concurso público independente, favorecer a iniciativa privada onde hoje funciona o Estado, ou seja acabar com carreiras de servidores e acabar com o serviço público.

A Audiência, organizada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e coordenada pela deputada federal Alice Portugal (PCdoB-BA) e pelo deputado federal Rogério Correia (PT-MG), contou com a participação volumosa de servidores que estão firmes na luta contra essa PEC que, desde sua origem, tem sido uma granada na bolso de qualquer servidor público.

Um tema bastante debatido foi o reinício das mobilizações da sociedade e dos sindicalistas, entendendo que os maiores penalizados serão os servidores e a população mais pobre que depende do serviço público.

A AP contou com as presenças e participação dos deputados/as:

- Os deputados federais, Rogério Correia (PT-MG), Luiz Carlos Hauly (PODE-PR), Bohn Gass (PT-RS) e Reimont Otoni (PT-RJ).
- As deputadas federais, Alice Portugal (PCDOB-BA), Luciene Cavalcante (PSOL-SP), Fernanda Melchiona (PSOL-RS) e Erika Hilton (PSOL-SP).

O deputado Rogério Correia lembra que “a PEC-32 existe para privatizar o serviço público em sua totalidade, permitindo que se faça contratações temporárias, inclusive para aquelas que são consideradas carreiras típicas de Estado.”



Imagem: reprodução

O deputado Rogério Correia faz a sua fala ao lado da deputada Alice Portugal.

Com a presença, à mesa, do secretário de Gestão de Pessoas, José Celso, a deputada Alice Portugal afirmou que a reunião da Frente será fundamental para o realinhamento das estratégias de enfrentamento ao texto da PEC-32, que embora tenha sido aprovado na Comissão Especial, “não obteve adesão para ir à voto em plenário.”

Já o secretário José Celso, reforçou que “o objetivo do atual governo continua sendo combater a PEC-32 e em seu lugar adotar um conjunto de medidas que de fato melhorem o Estado brasileiro, ou seja, medidas de caráter republicano, democrático, visando o desenvolvimento nacional.”



Imagem: reprodução

José Gozze e Wanderci Polaquini com o deputado federal Luiz Carlos Hauly e com o presidente da Febrafisco, Marcos Sérgio

Leia a matéria completa [clikando aqui](#)



TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL

A Escola de Gestão e Contas (EGC) do TCM realiza workshop “PDE e a Revisão da Lei de Zoneamento”

O GT Urbanismo, do Observatório de Políticas Públicas (OPP) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), realiza, no próximo dia 21 de setembro, o workshop “PDE e a Revisão da Lei de Zoneamento”. O evento ocorre no auditório da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC), das 10h00 às 12h00, e será aberto pelo conselheiro dirigente da EGC, João Antonio da Silva Filho.

A partir da referência do Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade de São Paulo (revisão aprovada no primeiro semestre pela Câmara Municipal), o workshop discutirá os desafios impostos à política urbana e aos instrumentos legais de urbanismo que serão sentidos à medida que se der a implementação do PDE.

Uma das grandes mudanças à vista é a alteração Lei de Zoneamento municipal, que se encontra no horizonte da atuação legislativa e administrativa municipal.

O workshop contará com três especialistas: o vereador Rodrigo Goulart (PSD), relator do PL 127/2023 que dispõe sobre a revisão do Plano Diretor Estratégico do Município; o secretário municipal de Urbanismo e Licenciamento, Marcos Duque Gadelho; e o arquiteto e urbanista Nabil Bonduki.

O encontro será mediado pela advogada Egle Monteiro, coordenadora do OPP e do GT Urbanismo.

WORKSHOP

PDE E A REVISÃO DA LEI DE ZONEAMENTO



QUINTA-FEIRA,
21 DE SETEMBRO



10H ÀS 12H

Abertura



JOÃO ANTONIO DA SILVA FILHO
Conselheiro Dirigente da
Escola Superior de Gestão e
Contas Públicas.

Participantes



MARCOS GADELHO
Secretário municipal de
Urbanismo e Licenciamento
de São Paulo.



RODRIGO GOULART
Vereador, relator da revisão
do Plano Diretor Estratégico
do Município.



NABIL BONDUKI
Arquiteto e urbanista, professor
da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo (USP).



Urbanismo



Mediadora



EGLE MONTEIRO

Coordenadora do Observatório de
Políticas Públicas do TCMSP.

INSCRIÇÕES



AUDITÓRIO DA EGC

PARCEIROS



REALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

GT URBANISMO

Escola Superior de Gestão
e Contas Públicas
TCMSP



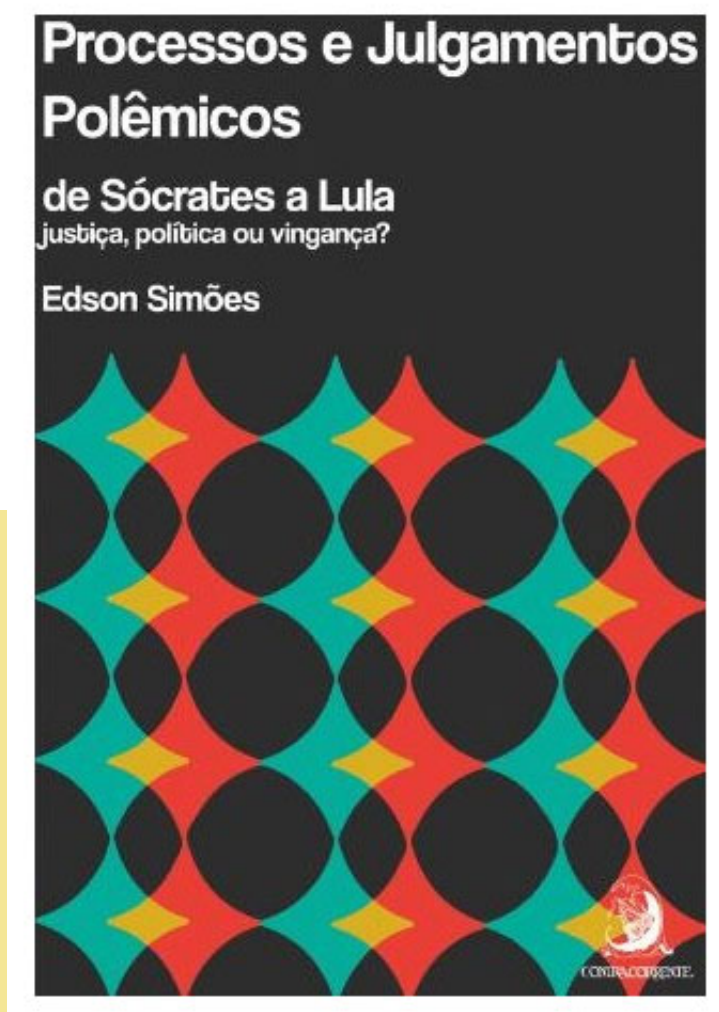
Observatório
de Políticas Públicas
TCMSP

O workshop será híbrido, presencial e transmitido pelo canal da EGC no Youtube, e para obter certificado de participação é necessário fazer inscrição pelo site.

FAZER INSCRIÇÃO

Escola de Contas divulga o lançamento do livro do ex-conselheiro Edson Simões

No próximo dia 25 de setembro (segunda-feira), a partir das 18 horas, o professor, geógrafo e pesquisador Edson Simões, conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Município de São Paulo por quase 24 anos, fará palestra presencial, no auditório da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas (EGC), seguida de lançamento de seu livro mais recente, que tem o título “Processos e Julgamentos Polêmicos, de Sócrates a Lula: Justiça, Política ou Vingança?”



Leia matéria completa no link:

<https://escoladecontas.tcm.sp.gov.br/noticias/3342-livro-trata-de-grandes-julgamentos-da-historia>



LEGISLATIVOS PELO BRASIL

Câmara de Deputados aprova projeto que retira itens da Lei da Ficha Limpa



A Câmara de Deputados aprovou na última quinta-feira, 14/09, proposta que altera os prazos da Lei da Ficha Limpa, lei que foi muito importante para conter casos de corrupção na política.

O projeto (PLP 192/23), reduz prazos de inelegibilidade em determinadas situações, unifica prazos de afastamento de candidatos de cargos públicos e concilia a ficha limpa com a nova regra sobre improbidade administrativa.

Referido PLP segue agora para o Senado Federal.

O texto aprovado determina que políticos cassados e condenados não poderão se eleger por oito anos contados da condenação, prazo menor do que o previsto atualmente, que é contado a partir do final da pena ou do mandato.

Se o projeto virar lei, as regras terão aplicação imediata, inclusive sobre condenações já existentes, e a inelegibilidade não poderá ser maior do que 12 anos.

Proporcionalidade

O relator da proposta, deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), argumentou que a lei atual é desproporcional e não há isonomia entre os agentes políticos. Ele apontou que, condenados pela mesma prática, senadores podem ficar inelegíveis por até 15 anos, enquanto deputados serão afastados das urnas por 11 anos.

“A contagem da inelegibilidade gera assimetrias entre agentes políticos com mandatos de quatro anos (deputados federais, estaduais e distritais) e de oito anos (senadores)”, apontou.

Ele destacou que a proposta repete normas do Código Eleitoral aprovado pela Câmara em 2021 (PLP 112/21). “A inelegibilidade por oito anos, duas eleições, está preservada. O projeto trata tão somente do início da contagem deste prazo, uma simplificação e unificação na linha do que já foi aprovado no Código Eleitoral”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Leia mais em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/997950-camara-aprova-projeto-que-altera-prazos-da-lei-da-ficha-limpa/>



INFORMES IMPORTANTES

A ESPERA ACABOU
O TRADICIONAL JANTAR DANÇANTE ESTÁ DE VOLTA!!

Jantar
DANÇANTE

INVESTIMENTO

SINDICALIZADO E TAMBÉM ASSOCIADO DA ASCAM OU DA ASTCOM	150
ASSOCIADOS DA ASCAM-SP, ASTCOM OU SINDILEX	175
GARANTA JÁ O SEU INGRESSO!	CONVIDADO 195

01	BUFFET MEDITERRÂNEO
DEZEMBRO	20h
ESPAÇO ALVES GUIMARÃES	
RUA JOÃO PISSALACUA, 206 - BELA VISTA, SÃO PAULO	

RUA JAPURÁ, 43 - SOBRELOJA | (11) 3104-1023 | WHATSAPP (11) 96607-9578



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Auditoria Cidadã da Dívida influencia e deputados vão lançar Frentes Parlamentares pela auditoria da dívida e contra os juros abusivos

A luta da Auditoria Cidadã da Dívida denunciando o sistema da dívida e os juros abusivos no Brasil alcançou mais uma conquista: o lançamento das Frentes Parlamentares sobre o “Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular” e “Contra os Juros Abusivos”.

Proposta pelos deputados Fernanda Melchionna (PSOL/RS), que propôs a Frente pelo Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida com Participação Popular, e pelo Lindbergh Farias (PT/RJ), autor da proposta da Frente Contra os Juros Abusivos, as duas Frentes serão lançadas na **terça-feira, 19/09, às 17 h, no Anexo II, Corredor das Comissões da Câmara Federal, Plenário 4**, aberto ao público. Também será exibido pelo canal da Câmara Federal no YouTube.

Para Fattorelli, coordenadora nacional da ACD, “o lançamento conjunto dessas duas frentes soma forças e é fundamental neste momento, pois nos dias 19 e 20/09 haverá reunião da Diretoria do Banco Central (COPOM), para definir a taxa SELIC, e essa taxa precisa baixar MUITO! O patamar abusivo a que chegou a SELIC está amarrando a economia brasileira, gerando gasto público brutal com o Sistema da Dívida, quebrando inúmeras empresas de todas as áreas econômicas. Isso leva a maioria do povo brasileiro ao endividamento e ao desespero, gerando problemas sociais de toda ordem. Precisamos mostrar ao Banco Central que ele não pode ficar exclusivamente a serviço dos bancos”, declarou.

[Leia mais clicando aqui](#)

Brics dá em 2023 seu terceiro grande passo: 'o resto do mundo' busca protagonismo

Por Giorgio Romano

Com popularidade recorde, grupo sai forte de cúpula e caminha para se tornar arena para questões globais

Poucos acreditavam que os líderes do Brics iriam conseguir na 15ª cúpula do grupo, tomar uma decisão sobre a expansão já com os nomes dos novos integrantes e data da sua adesão marcada para 1º de janeiro de 2024.

Imaginava-se que se avançasse na elaboração de critérios para uma decisão mais à frente. Sobretudo no Brasil havia muita resistência, dentro e fora do governo, à ideia de mais membros plenos, preferindo um tipo de Brics+, onde os países interessados participariam como parceiros do grupo. Além disso, havia sempre a possibilidade de aderir como membro pleno do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) criado pelo Brics, este sim com um tratado constitutivo que prevê a entrada de qualquer membro das Nações Unidas, tomadores ou não de empréstimos.

A decisão mostra a vitalidade política do grupo e representa, sem dúvida, vitória para os principais defensores da ideia de expansão, China e Rússia, e para a presidência da África do Sul, país anfitrião que assim, inaugurou uma nova fase para o Brics.

Mas há exagero ao sugerir que seria uma derrota da posição de Brasil e Índia que teriam maior interesse em manter o grupo mais restrito e em um procedimento mais cauteloso.

Com a expansão, o grupo ganha maior projeção como um polo alternativo às articulações dos países centrais, em particular o G-7, seu maior representante. E isso, por exemplo, é positivo para todos os seus membros constitutivos. Ao final, o Brics tem a vocação histórica de contribuir com a ampliação do poder de influência dos países do Sul Global. E, ser alternativa não significa necessariamente ter postura antiocidental ou voltada para rupturas.

Com isso o Brics deu um terceiro passo para a frente. O primeiro foi a própria constituição do grupo em 2009 com a primeira cúpula em Ekaterinburgo na Rússia, ainda sem representação do continente africano. Rússia, Índia e China já tinham longa história de rivalidade, cooperação, tensões, alianças, guerras e aproximações, mas para o Brasil era tudo muito novo.

Não há dúvida de que o país ganhou em projeção e potencial de articulação ao apostar na iniciativa, que desde o início encontrou ceticismo sobre sua utilidade na mídia comercial brasileira e setores da academia, neste caso por não se encaixar nas categorias tradicionais de relações internacionais.

Leia a entrevista completa em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/brics-da-em-2023-seu-terceiro-grande-passo-o-resto-do-mundo-busca-protagonismo>

ANDAMENTOS DE AÇÕES JUDICIAIS



Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria. Veja a seguir o resumo e acompanhe o trâmite atualizado em: <https://www.sindilex.org.br/juridico/>

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais